



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Registro de Candidatura nº 0600424-91.2026.6.21.0000

Requerente: UNIDADE POPULAR - RS - ESTADUAL

Relator: DES. ELEITORAL MARCELO DA ROSA

P A R E C E R

**REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES 2026.
DEMONSTRATIVO DE REGULARIDADE DE ATOS
PARTIDÁRIOS. CANDIDATOS A DEPUTADO
ESTADUAL. REGULARIDADE. AUSÊNCIA DE
IMPUGNAÇÃO. DEFERIMENTO.**

Trata-se de pedido de registro do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) protocolado em 29/07/2026 pelo Diretório Estadual do Partido UNIDADE POPULAR para concorrer nas Eleições 2026 aos cargos de Deputado Estadual no Rio Grande do Sul. (ID 46249360)

O pedido foi instruído com a ata da convenção estadual realizada em 27/07/2026, a ata de retificação de 29/07/2026, as listas de presença dos convencionais e a relação de candidatos escolhidos. (IDs 46255010 e 46255015)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Publicado o edital para ciência de interessados no dia 04/08/2026, transcorreu o prazo legal de 5 (cinco) dias sem que houvesse a interposição de impugnações ou notícias de inelegibilidade. (IDs 46255020 e 46266067)

A Secretaria Judiciária prestou informações técnicas atestando a regularidade formal do pedido e os subscritores. (ID 46262971)

Foi dada vista dos autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

O pedido deve ser deferido.

A análise do DRAP deve pautar-se pela verificação dos requisitos de registrabilidade e habilitação da agremiação, conforme o art. 23 e seguintes da Resolução TSE nº 23.609/2019.

Verificou-se que a UNIDADE POPULAR possui registro estatutário no TSE há mais de seis meses da eleição e órgão de direção estadual vigente e regular na circunscrição do pleito. O pedido foi protocolado em 29/07/2026, respeitando o prazo final de 15/08 estabelecido no art. 11 da Lei nº 9.504/1997.

A convenção estadual ocorreu em 27/07/2026, respeitando o intervalo legal entre 20 de julho e 5 de agosto. A ata foi devidamente digitada no sistema CANDex e transmitida à Justiça Eleitoral de forma tempestiva, acompanhada da lista de presença assinada pelos convencionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

O formulário DRAP foi subscrito pela presidente do Órgão de direção estadual e pelo delegado do partido registrado no SGIP, atendendo ao disposto no art. 21, I, da Resolução TSE nº 23.609/2019. Constan nos autos informações de contato atualizadas.

Nos termos do art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997, o partido deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero. Na espécie, apresentou 02 (duas) candidaturas ao cargo proporcional de Deputado Estadual, sendo uma do gênero masculino (50%) e uma do gênero feminino (50%). Os percentuais legais foram, portanto, observados.

Conforme certificado nos autos, o prazo de 5 (cinco) dias previsto no art. 3º da LC nº 64/1990 transcorreu sem que qualquer legitimado apresentasse impugnação. Inexistindo dissidência partidária ou controvérsia sobre a validade da convenção, o DRAP encontra-se apto a ser deferido.

Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **deferimento** do DRAP (Deputado Estadual) da UNIDADE POPULAR.

Porto Alegre, 12 de agosto de 2026.

ANTONIO CARLOS WELTER
Procurador Regional Eleitoral Substituto

RHN